



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	7961/2023
Data do Início	17/04/2023
Folha	9
Rubrica	

Processo nº 7961/2023

PARECER GPG N.º 321/PGM/2023
IMPUGNAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL
N.º 07/2023
ANÁLISE DE LEGALIDADE

Data: 18/04/2023

I - RELATÓRIO

Trata-se o presente de IMPUGNAÇÃO ao Edital do PREGÃO PRESENCIAL N.º 07/2023, que tem por objeto, resumidamente, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS COM E SEM MOTORISTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES E DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, interposto pela empresa LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A, conforme razões que expõe em sua exordial.

Resumidamente a recorrente alega:

1 – PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO INSUFICIENTE;

É o relatório.

II - DO MÉRITO

A Impugnante alega que o prazo de 15 dias após a assinatura do contrato para entrega do objeto da licitação estabelecido pela secretaria não condiz com a realidade atual, sendo muito difícil para as empresas cumprirem tal prazo. O que causaria desigualdade de condições entre os concorrentes.

Alega em síntese, que a licitação deve privilegiar a mais ampla competitividade abstendo-se de incluir nos editais condições irrelevantes que comprometam as condições de igualdade de todos os concorrentes. Assim, entende que seria razoável o prazo mínimo de 90 dias prorrogável por mais 30 dias, para permitir uma maior competitividade.

A CPL se manifestou no sentido de que cabe a secretaria a análise técnica da questão levantada pela impugnante, ressaltando que o prazo não pode ter caráter restritivo à competição.

Tendo em vista que a Secretaria de Educação emitiu manifestação indeferindo a impugnação nos autos do processo administrativo 7655/2023, tratando do mesmo tema, reportamos-nos a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	7961/2023
Data do Início	17/04/2023
Folha	10
Rubrica	

manifestação inserida naqueles autos, sendo provável que a decisão da secretaria seja semelhante no presente caso.

De todo modo, esta especializada não possui expertise técnica acerca da razoabilidade do prazo para entrega do objeto da licitação, cabendo a secretaria justificar a escolha do mesmo, com observância ao estudo técnico preliminar realizado na fase interna da licitação.

III - CONCLUSÃO

Desta forma, em relação ao impugnado, cabe à Autoridade Competente, no caso o Ordenador de Despesas, proferir a decisão técnica quanto ao pedido, devidamente justificada e fundamentada, sendo a presente manifestação de caráter orientador e opinativo.

Este é o entendimento s.m.j.

À Secretaria de Educação,

Munique Mello de Andrade

Assessora

Matrícula: 108.268

Villy Teixeira Silva

Assessor

Mat. 106.264

Fabício Monteiro Porto
Procurador-Geral do Município